

Aula 00

*TJ-MG (Oficial Judiciário - Assistente
Técnico de Controle Financeiro) Passo
Estratégico de Contabilidade Pública*

Autor:
Alexandre Violato Peyerl

14 de Março de 2024

Índice

1) Apresentação	3
2) Noções Gerais - Análise Estatística IBFC	5
3) Noções Gerais - Roteiro de Revisão	6
4) Noções Gerais - Aposta Estratégica	18
5) Noções Gerais - Questões Estratégicas IBFC	19
6) Noções Gerais - Questionário de Revisão	30
7) Noções Gerais - Lista de Questões IBFC	35
8) Noções Gerais - Gabarito IBFC	41
9) Noções Gerais - Referências Bibliográficas	42



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Contabilidade Pública!

Sou Alexandre Violato Peyerl, Chefe Técnico da Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Sou graduado em Administração e pós-graduado em Finanças e em Auditoria e Perícia Contábil. Comecei efetivamente a estudar para concursos no fim de 2014 e obtive várias aprovações, como Banco do Brasil (3º lugar para Curitiba), Analista de Projetos da Área Econômico-Financeira do BRDE (1º lugar geral), Administrador da Itaipu Binacional (2º lugar) e Agente da Fiscalização (Auditor de Controle Externo) do TCE/SP (2º lugar para Registro), onde trabalho hoje. Foi uma jornada árdua, com derrotas e vitórias, mas digo para você, estude muito, dê o seu melhor, pois valerá muito a pena!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



CONTABILIDADE PÚBLICA – INTRODUÇÃO

ANÁLISE ESTATÍSTICA

Tópico	% de cobrança	Aula(s)
Despesa Pública	24,64%	Aulas 4 e 5
Receita Pública.	18,55%	Aulas 1 e 2
MCASP: Procedimentos Contábeis Patrimoniais	9,86%	Aulas 8 a 10
Introdução DCASP e Balanço Orçamentário	8,41%	Aula 13
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público	8,12%	Aula 12
Balanço Patrimonial	7,54%	Aula 15
Contabilidade Pública: - Noções Gerais: conceito, objeto, campo de aplicação e abrangência	7,25%	Aula 0
Balanço Financeiro	5,22%	Aula 14
Estágios da Despesa, Restos a Pagar e Despesas de Exercícios Anteriores, Suprimento de Fundos	3,77%	Aula 6
Demonstração das Variações Patrimoniais	3,48%	Aula 16
DFC e DMPL	2,61%	Aula 18
Sistemas de Custos	0,29%	Aula 19
SIAFI e Conta Única	0,29%	Aula 20

O que é mais cobrado dentro do assunto?

TÓPICO	% DE COBRANÇA
Conceitos, objeto, abrangência e campo de aplicação	84,00
Regime Orçamentário e Regime Patrimonial	16,00



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e compreender os aspectos introdutórios à contabilidade pública, você precisa, basicamente, entender os tópicos a seguir.

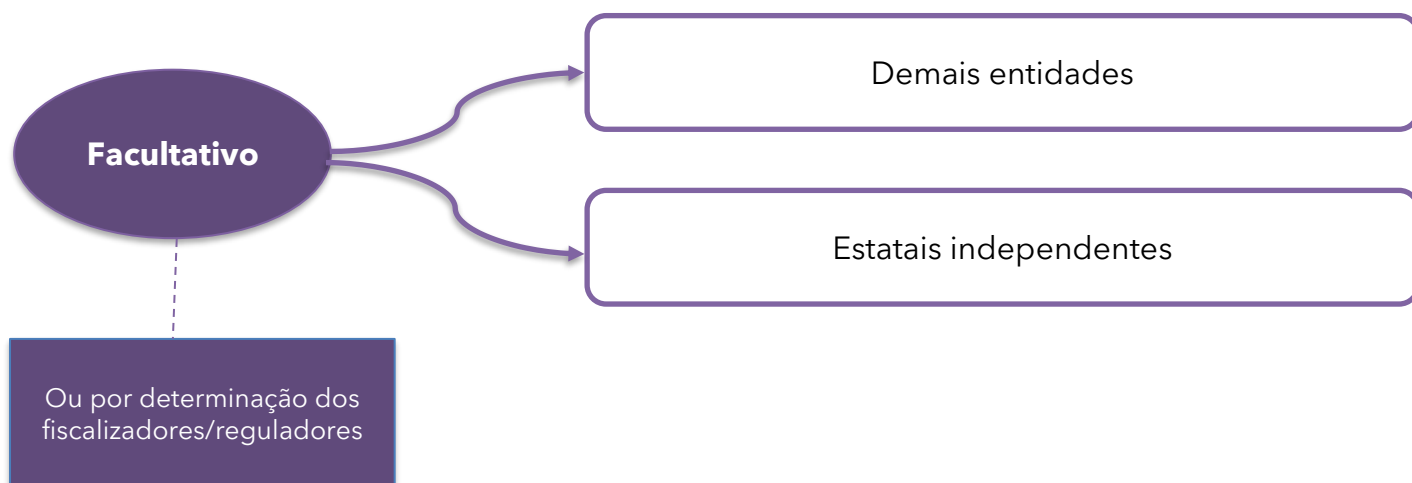
Primeiramente... **Cuidado se você tiver visto este tópico antes de 2016 e estiver revendo agora, bem como ao fazer questões antigas para treino.** Antigamente, conceituação, campo de aplicação, objeto e objetivos estavam na **NBC T 16.1, todavia, esta norma foi revogada** em setembro de 2016 pela NBC TSP Estrutura Conceitual. Aqui no Passo, por ser um material focado em revisão e consolidação do conteúdo, trabalharemos apenas sobre os conceitos vigentes ou, se revogados, ainda válidos ou passíveis de serem cobrados.

Conceito de contabilidade aplicada ao setor público¹: ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público.



¹ Ainda que este conceito seja da revogada NBC T 16.1, ele é plenamente adequado ao estudo da nossa disciplina.





É comum que a banca ao invés de utilizar os termos obrigatório e facultativo, pergunte se o campo de aplicação se estende ou não a determinadas entidades. Nesse caso, se for obrigatório, diz-se que se estende, se for facultativo, que não se estende. O fundamento está na NBC TSP Estrutura Conceitual:

1.8A Esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP **aplicam-se, obrigatoriamente**, às **entidades do setor público** quanto à elaboração e divulgação dos RCPGs. Estão **compreendidos** no conceito de entidades do setor público: os **governos** nacionais, estaduais, distrital e municipais e seus **respectivos poderes** (abrangidos os tribunais de contas, as defensorias e o Ministério Público), **órgãos**, secretarias, departamentos, agências, autarquias, fundações (instituídas e mantidas pelo poder público), fundos, consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres das administrações direta e indireta (**inclusive as empresas estatais dependentes**).

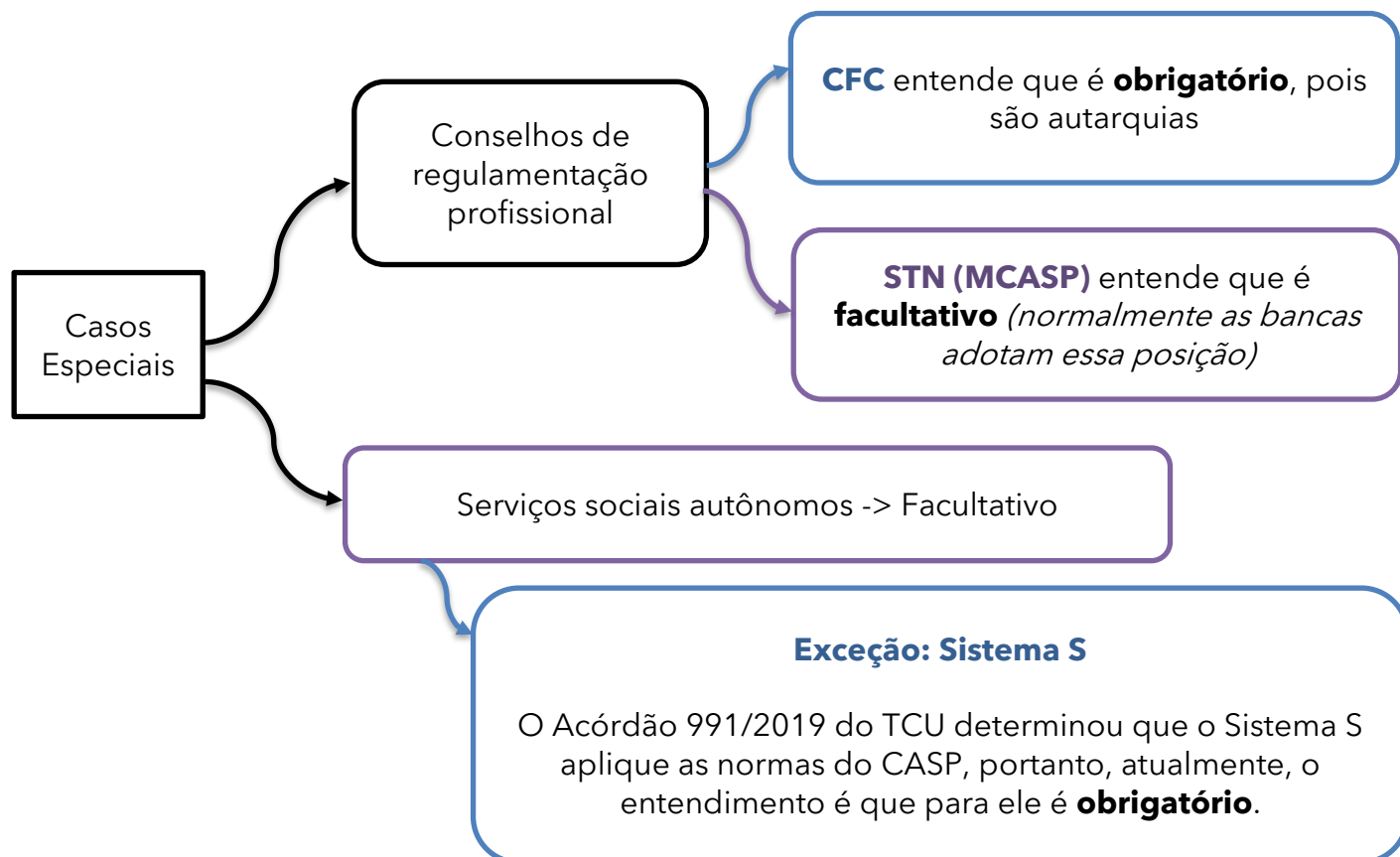
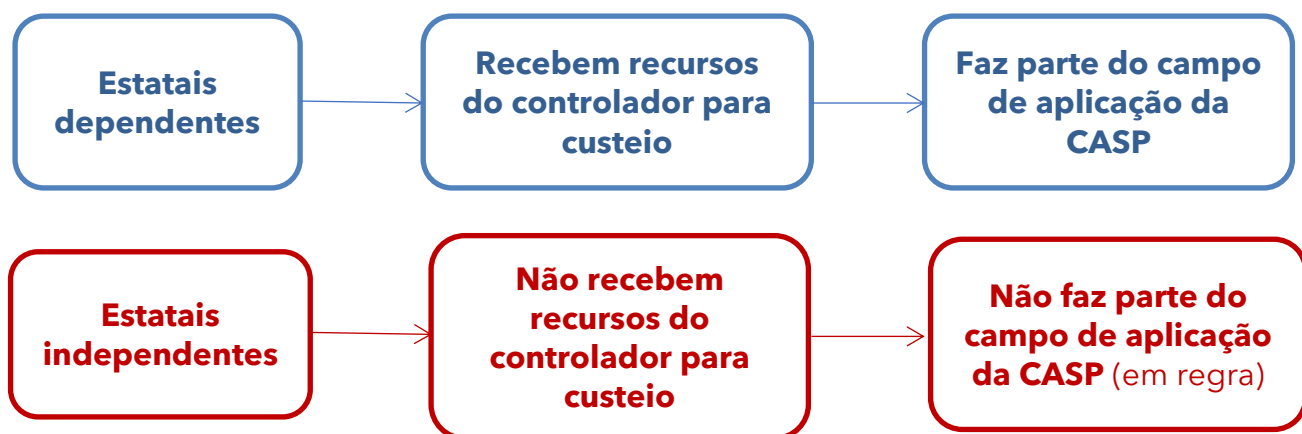
1.8D As **demais entidades** não compreendidas no item 1.8A, incluídas as empresas estatais independentes, **poderão aplicar esta estrutura conceitual e as demais NBCs TSP de maneira facultativa ou por determinação dos respectivos órgãos reguladores, fiscalizadores e congêneres**.

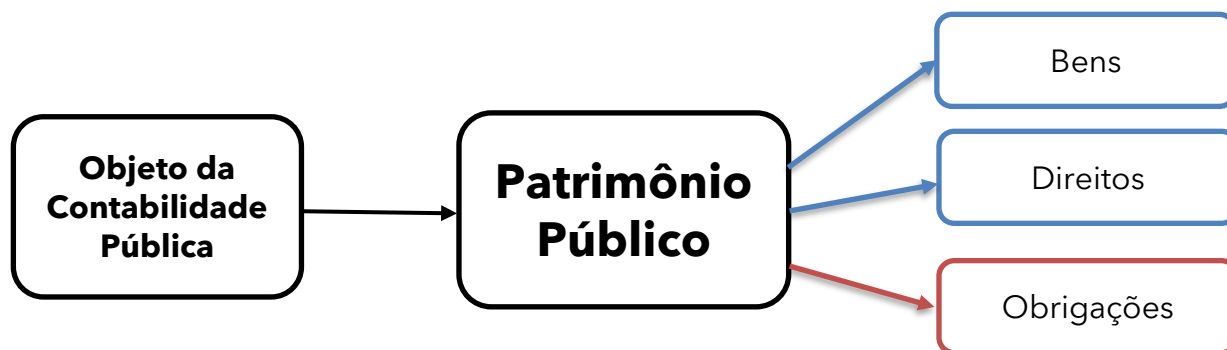
Muita atenção à diferenciação entre as estatais dependentes e as independentes:

1.8B As empresas **estatais dependentes** são empresas controladas que **recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas** com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

1.8C As **empresas estatais independentes** são todas as demais empresas controladas pelas entidades do setor público que não se enquadram nas características expostas no item 1.8B, as quais, **em princípio, não estão no alcance desta estrutura conceitual e das demais NBCs TSP** (ver item 1.8D).







Patrimônio Público: conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Em relação aos bens públicos, lembre-se dos três tipos e quais são controlados pela contabilidade pública:

- **Bens de uso especial** - utilizados pela administração pública para atingir seus fins. São controlados pela CASP.
- **Bens dominicais** - estão sob domínio do Poder Público, mas não possuem um fim específico. São controlados pela CASP.
- **Bens de uso comum do povo** - são aqueles que a sociedade como um todo usufrui. Nem sempre são controlados pela CASP, mas somente em alguns casos, como quando absorvem (ou absorveram) recursos públicos.

Objetivos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP)

- **Fornecer informações** sobre:
 - Resultados alcançados
 - Aspectos de natureza:
 - Orçamentária - relacionados ao orçamento público propriamente dito.
 - Financeira - relacionados ao fluxo de caixa.
 - Econômica - relacionados aos resultados.
 - Física - relacionados à existência física dos elementos.



- Apoiar:
 - Tomada de decisão
 - Prestação de contas
 - Instrumentalização do controle social

O estudo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público está amparado em diversos documentos, dentre os quais possuem maior importância o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as NBCs TSPs e a Lei nº 4.320/64.

O MCASP é bastante abrangente e será abordado com frequência a partir da próxima aula.

Nessa parte introdutória, é importante que você conheça alguns pontos da NBC TSP Estrutura Conceitual.

Objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

- Esta parte está no item 2 da NBC TSP Estrutura Conceitual. A literalidade dele costuma ser cobrada, portanto faça a sua leitura (transcrevemos na íntegra logo abaixo).
- Parte do pressuposto de que o **objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade**, em vez de obter lucros e gerar retorno aos investidores.
- Fornecimento de informações sobre a entidade do setor público que sejam úteis aos usuários dos RCPGs.
- Objetivos -> Subsidiar:
 - Processos decisórios
 - Prestação de contas
 - Responsabilização (*accountability*)

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa. Os RCPGs fornecem informações aos seus usuários para subsidiar os processos decisórios e a prestação de contas e responsabilização (*accountability*). Portanto, os usuários dos RCPGs das entidades do setor público precisam de informações para subsidiar as avaliações de algumas questões, tais como:



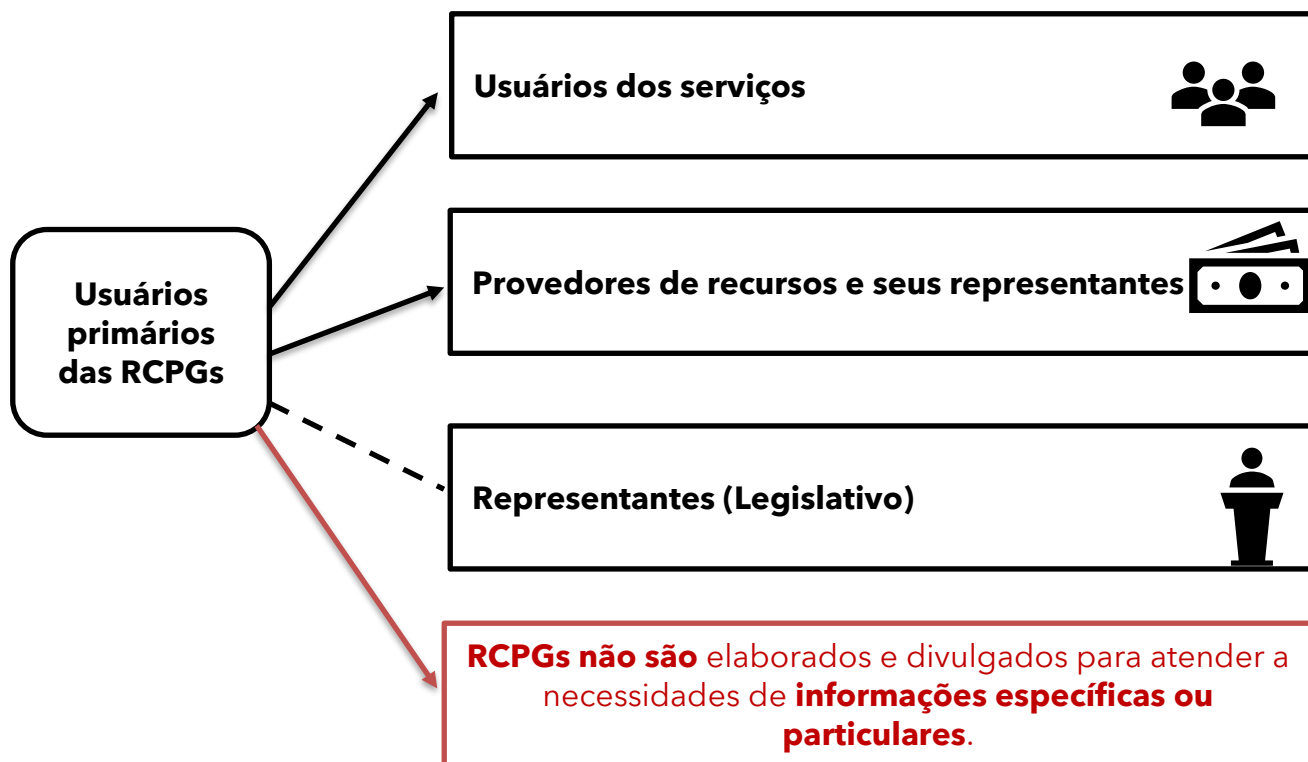
- (a) se a entidade prestou seus serviços à sociedade de maneira eficiente e eficaz;
- (b) quais são os recursos atualmente disponíveis para gastos futuros, e até que ponto há restrições ou condições para a utilização desses recursos;
- (c) a extensão na qual a carga tributária, que recai sobre os contribuintes em períodos futuros para pagar por serviços correntes, tem mudado; e
- (d) se a capacidade da entidade para prestar serviços melhorou ou piorou em comparação com exercícios anteriores.

Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG)

- Elaborado para atender às necessidades dos **usuários em geral**.
- **Não tem o propósito de atender a finalidades ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários.**
- Podem compreender relatórios diversos, cada qual atendendo a certos aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil.
- Abrangem:
 - Demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas.
 - Apresentação de informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.
- A informação sobre a situação patrimonial possibilita aos usuários identificarem os recursos da entidade e as demandas sobre eles, o que subsidia avaliações como:
 - Extensão na qual a administração **cumpriu suas obrigações** em salvaguardar e administrar os recursos da entidade.
 - Extensão na qual os **recursos estão disponíveis** para dar suporte às atividades relativas à prestação de serviços futuros e às **mudanças** durante o exercício.
 - **Montantes e o cronograma** de fluxos de caixa futuros necessários aos serviços e ao pagamento das demandas existentes sobre os recursos da entidade.
- Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:



- Conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;
 - Atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício;
 - Expectativas relacionadas às atividades de prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.
- Como a informação contábil impõe custos, seus benefícios devem justificá-los. Portanto, essa relação custo-benefício deve ser feita, o que se trata de um julgamento de valor, pois nem sempre é possível identificar todos os custos e benefícios da informação incluída no RCPG.



Cabe destacar ainda que a Estrutura Conceitual traz normas gerais, todavia, quando tiver conflito entre ela e normas específicas vigentes, prevalecem as normas específicas.

Características qualitativas da informação contábil

As características qualitativas da informação incluídas nos RCPGs são atributos que tornam a informação útil aos usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Características qualitativas:

- **Relevância** - capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As demonstrações são capazes de influenciar quando têm valor confirmatório, preditivo ou ambos.
 - As informações têm valor confirmatório se confirmarem ou alterarem expectativas passadas ou presentes.
 - As informações têm valor preditivo quando são voltadas ao futuro, apresentando informações acerca dos objetivos, custos e atividades previstas da prestação de serviços, além do montante e das fontes de recursos que se destinam a serem alocados na prestação de serviços no futuro.
 - Mesmo que alguns usuários já conheçam a informação ou decidam desconsiderá-la, ela será considerada relevante caso tenha o potencial de exercer influência.
- **Representação fidedigna** - é alcançada quando a representação do fenômeno é **completa, neutra e livre de erro material**.
 - Neutralidade corresponde à ausência de viés, o que significa que informação não é apresentada buscando atingir um resultado em particular.
 - Estar livre de erro material não significa exatidão completa, mas que não há erros ou omissões que sejam individualmente ou coletivamente relevantes na descrição do fenômeno.
- **Compreensibilidade** - permite que os usuários compreendam o seu significado. É aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta.
 - A comparabilidade pode aprimorar a compreensibilidade.
- **Tempestividade** - disponibilidade para o usuário a tempo de ela ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
 - A informação deve estar disponível aos usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.



- **Comparabilidade** - possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.
 - A comparabilidade difere da consistência. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.
 - Não é necessário haver uniformidade para haver comparabilidade. Informações semelhantes devem parecer semelhantes, informações distintas devem parecer distintas.
- **Verificabilidade** - ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.
 - Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado, podendo também ser utilizado um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades.

Restrições inerentes à informação:

- **Materialidade** - a informação é material quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício. Não há um limite predeterminado uniforme a partir do qual a informação é considerada material.
- **Custo-benefício** - se os benefícios de divulgar uma informação justificam os custos incorridos para fornecê-la e utilizá-la.
- **Alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas** - deve-se buscar o equilíbrio entre as características qualitativas para satisfazer aos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, pois em muitos casos é necessária uma compensação entre elas para alcançar os objetivos da informação.

Elementos das demonstrações contábeis

- **Ativo** - recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.
 - Recurso - item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
 - A propriedade legal do recurso não é uma característica essencial de um ativo, no entanto, é um indicador de controle.



- **Passivo** – obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.
 - Um passivo deve envolver uma saída de recursos da entidade para ser liquidado ou extinto. A obrigação que pode ser liquidada ou extinta sem a saída de recursos da entidade não é um passivo.
- **Situação patrimonial líquida** – diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida na demonstração que evidencia a situação patrimonial como patrimônio líquido.
- **Receita** – aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.
- **Despesa** – diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.
- **Superávit ou déficit da entidade para o exercício** – diferença entre as receitas e as despesas que constam nas demonstrações que evidencia o desempenho das entidades do setor público.
- **Contribuição dos proprietários** – entrada de recursos para a entidade a título de contribuição das partes externas, que estabelece ou aumenta a participação delas no patrimônio líquido da entidade.
- **Distribuição aos proprietários** – saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.

Orçamentário X Patrimonial

Mesmo que este seja seu primeiro contato com esta disciplina, se você já estudou Contabilidade, lembra que temos os regimes de caixa e o de competência:

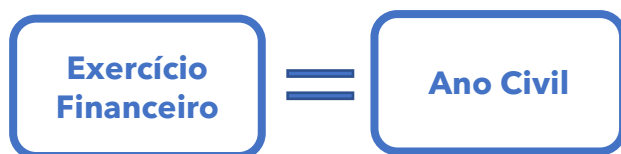
- **Regime de competência** -> os registros contábeis são realizados em função do fato gerador, independentemente do recebimento ou pagamento dos valores.
- **Regime de caixa** -> os registros contábeis são realizados em função dos efetivos recebimentos ou pagamentos dos valores.

Em Contabilidade Pública, os lançamentos podem ainda ser patrimoniais ou orçamentários. De início, é essencial que você conheça estes artigos da Lei nº 4.320/64:

*"Art. 34. O **exercício financeiro** coincidirá com o **ano civil**."*



Esse artigo é simples e cobrado com frequência, não se esqueça dele:



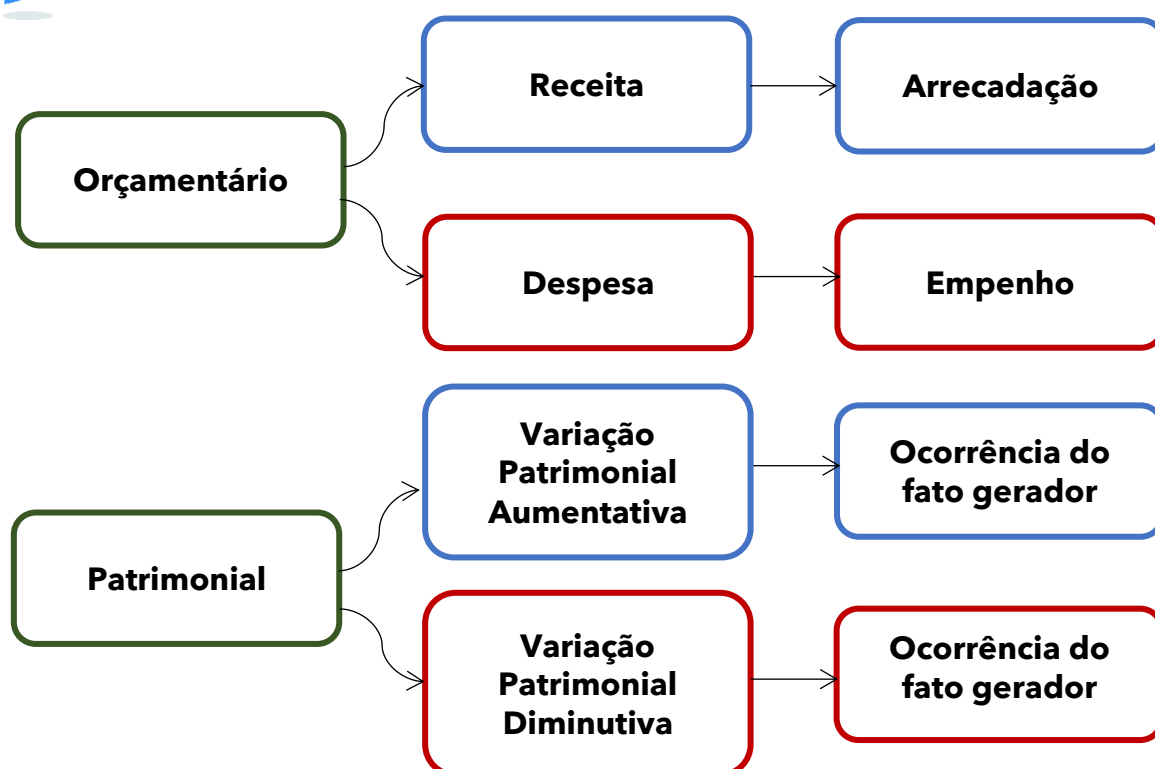
"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as **receitas nêle arrecadadas**;

II - as **despesas nêle legalmente empenhadas**."

O artigo 35 diz respeito aos **lançamentos orçamentários** e traz um regime misto, em que as **receitas são reconhecidas pelo regime de caixa** e as **despesas pelo regime de competência**.

Todavia, nos lançamentos patrimoniais, segue-se o **regime de competência**.



Para consolidar...

Pense no IPTU da sua casa. No início do ano, a Prefeitura já reconhece a VPA por conta da constituição da sua obrigação em pagar o imposto. Todavia, a receita orçamentária será reconhecida somente no momento da arrecadação.

É importante que você entenda bem essa diferença, mas se tiver com alguma dificuldade, não se preocupe, pois ela será revista várias vezes nas próximas aulas.

Princípios da Contabilidade

Os Princípios da Contabilidade estavam previstos na Resolução nº 750/93. Todavia, esta foi revogada com a publicação da NBC TSP Estrutura Conceitual, que faz parte do processo de convergência às normas internacionais.

Isso não necessariamente significa que os princípios estejam extintos, mas sim que a norma foi revogada para evitar eventuais conflitos de referências conceituais. Após a revogação a cobrança vem sendo muito rara, mas ainda assim entendo que seja importante você conhecer os seguintes:

Entidade - O patrimônio da entidade não se confunde com o patrimônio dos sócios. A entidade possui autonomia patrimonial. A soma ou agregação de patrimônios autônomos não resulta em nova entidade.

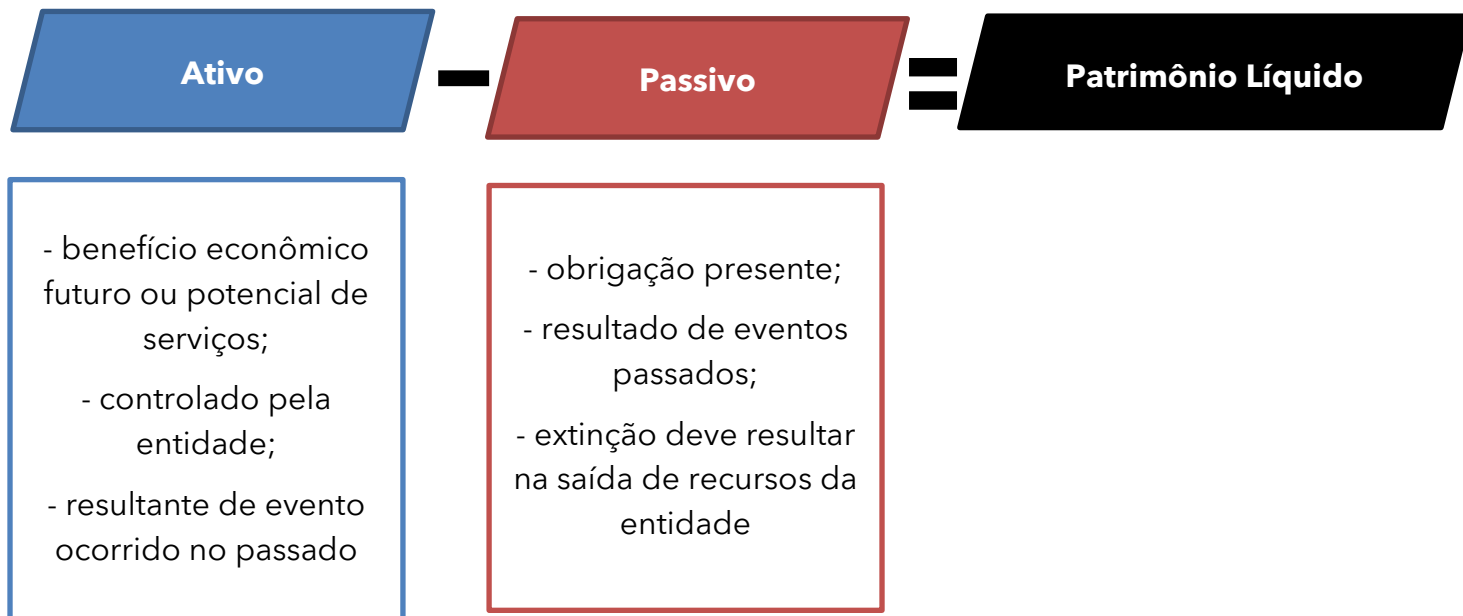
Oportunidade - Refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, sendo necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Competência - Determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento.



APOSTA ESTRATÉGICA

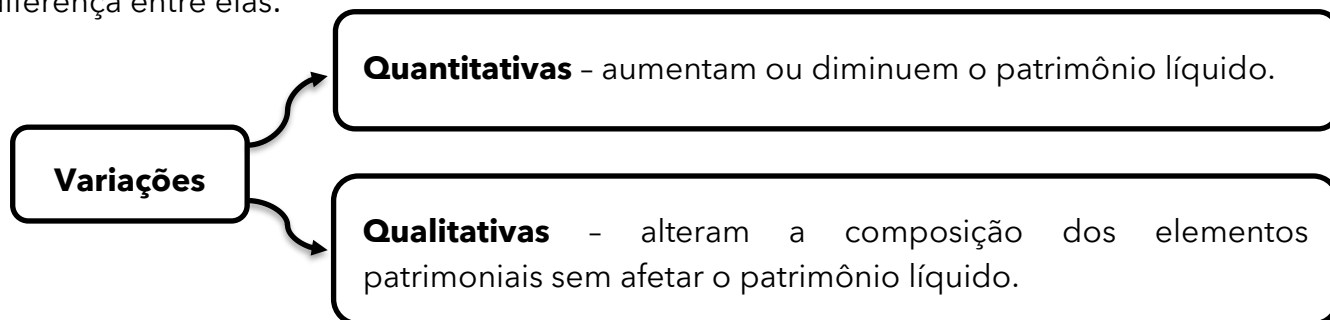
Dentre os assuntos abordados neste relatório, é de suma importância que você entenda as características básicas do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.



No mesmo sentido, é importante conhecer o Resultado Patrimonial:



É muito provável ainda que a banca apresente algumas transações e peça que você identifique se são variações patrimoniais quantitativas ou qualitativas. Portanto, lembre-se da principal diferença entre elas:



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (IBFC/2019/Prefeitura de Cruzeiro do Sul/Auditor de Controle Interno)

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual, de 23.09.2016, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos para seus usuários. As informações contidas nos relatórios, apresentam algumas características qualitativas, bem como algumas restrições inerentes a essas informações. Especificamente sobre as restrições, assinale a alternativa correta.

- a) Verificabilidade, custo benefício e aplicabilidade das características qualitativas
- b) Materialidade, comparabilidade e tempestividade
- c) Materialidade, custo benefício e equilíbrio das características qualitativas
- d) Custo benefício, representação fidedigna e relevância

Comentários

As restrições inerentes às informações são materialidade, custo benefício e equilíbrio entre as características qualitativas, sendo a letra C o gabarito da questão.

Verificabilidade, comparabilidade, tempestividade, representação fidedigna e relevância são características qualitativas da informação.

Gabarito: C

2. (IBFC/2019/IDAM/Contador)

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) estrutura conceitual de 2016 apresenta as características qualitativas da informação incluída nos RCPG (Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público). Com base na NBC TSP, assinale a alternativa correta que contenha apenas características qualitativas.

- a) Relevância, verificabilidade e materialidade
- b) Relevância, representação fidedigna e tempestividade
- c) Verificabilidade, custo benefício e tempestividade
- d) Comparabilidade, materialidade e compreensibilidade



Comentários

As características qualitativas são: **Relevância, representação fidedigna**, compreensibilidade, **tempestividade**, comparabilidade e verificabilidade.

A alternativa que traz somente características qualitativas, portanto, é a letra B. Materialidade e custo benefício, por sua vez, são restrições inerentes à informação.

Gabarito: B

3. (IBFC/2018/Câmara Municipal de Araraquara/Analista de Controle Interno)

Em relação as características qualitativas da informação contábil, abordadas na NBC TSP – Estrutura conceitual e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Relevância e Representação fidedigna
- b) Compreensibilidade e Tempestividade
- c) Competência e Comparabilidade
- d) Verificabilidade e compreensibilidade
- e) Comparabilidade e Relevância

Comentários

A alternativa incorreta é a letra C, pois a competência não uma característica qualitativa da informação.

No âmbito da contabilidade, competência diz respeito a princípio segundo o qual os eventos devem ser ocorridos quando de sua ocorrência, independente do recebimento ou pagamento.

Gabarito: C

4. (IBFC/2017/EBSERH-HUGG/Técnico em Contabilidade)

Com base na NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

“ _____ significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão”.

- a) Tempestividade
- b) Compreensibilidade
- c) Neutralidade
- d) Comparabilidade
- e) Verificabilidade



Comentários

Preenchendo a lacuna:

“Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão”

A tempestividade está relacionada à disponibilização da informação em tempo hábil, portanto, era possível matar a questão pelo “antes que ela perca a sua capacidade”.

Gabarito: A

5. (IBFC/2017/TJ-PE/Contador)

Com base no MCASP – edição 2.017, e nas características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente no cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- b) Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.
- c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.
- d) Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
- e) A verificabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

Comentários

As alternativas A a D trazem as definições das características qualitativas em conformidade com a NBC TSP Estrutura Conceitual.

A alternativa E, por sua vez, traz a característica qualitativa da comparabilidade, e não da verificabilidade, sendo o gabarito da questão.



A característica qualitativa da verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar.

Gabarito: E

6. (IBFC/2018/Prefeitura de Divinópolis/Contador)

Baseado na NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A relevância das informações financeiras ou não financeiras é determinada pela capacidade de influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de elaborar e divulgar a informação contábil.

() A informação contábil útil não possui a obrigatoriedade de ser neutra e livre de erros materiais, mas deve corresponder, obrigatoriamente, a sua forma jurídica.

() Informação compreensível é aquela que possibilita que os usuários, que tenham um conhecimento razoável tanto das atividades da entidade, quanto do ambiente que ela funciona, possam compreender o seu significado.

() A informação tempestiva útil deve ser fornecida em tempo hábil para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

() Uma informação verificável, não deve apresentar, exclusivamente, um ponto único estimado, também pode ser apresentada por um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.

Assinale a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência correta.

a) V, V, V, V e V

b) V, F, V, F e V

c) F, V, F, V e F

d) V, F, V, V e V

Comentários

Vejamos os itens em conjunto com a NBC TSP Estrutura Conceitual.

(V) A relevância das informações financeiras ou não financeiras é determinada pela capacidade de influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de elaborar e divulgar a informação contábil.

3.6 As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras são capazes de exercer essa influência quando têm valor



confirmatório, preditivo ou ambos. A informação pode ser capaz de influenciar e, desse modo, ser relevante, mesmo se alguns usuários decidirem não considerá-la ou já estiverem cientes dela.

(F) A informação contábil útil não possui a obrigatoriedade de ser neutra e livre de erros materiais, mas deve corresponder, obrigatoriamente, a sua forma jurídica. A característica qualitativa da representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

3.10. Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material. A informação que representa fielmente um fenômeno econômico ou outro fenômeno retrata a substância da transação, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica.

(V) Informação compreensível é aquela que possibilita que os usuários, que tenham um conhecimento razoável tanto das atividades da entidade, quanto do ambiente que ela funciona, possam compreender o seu significado.

3.16. **A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado.** Os RCPGs devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada. Por exemplo, as explicações acerca das informações financeiras e não financeiras e as informações adicionais acerca da prestação de serviços e outros resultados durante o exercício, além das expectativas para os períodos futuros, devem ser escritas em linguagem simples e apresentadas de maneira que sejam prontamente compreensíveis pelos usuários. A compreensão é aprimorada quando a informação é classificada e apresentada de maneira clara e sucinta. A comparabilidade pode também aprimorar a compreensibilidade.

3.17. **Espera-se que os usuários dos RCPGs tenham conhecimento razoável das atividades da entidade e do ambiente no qual ela funciona, além de serem capazes e preparados para lerem os RCPGs e revisar e analisar a informação apresentada com a diligência apropriada.** Alguns fenômenos econômicos e de outra natureza são particularmente complexos e difíceis de serem representados nos RCPGs, e alguns usuários podem precisar de ajuda de assistente para auxiliá-los em sua compreensão. Todos os esforços devem ser realizados para representar os fenômenos econômicos e de outra natureza incluídos nos RCPGs de maneira que seja compreensível para a grande quantidade de usuários. Contudo, a informação não deve ser excluída dos



RCPGs somente pelo fato de ser muito complexa ou ser difícil para alguns usuários compreenderem sem a devida assistência.

(V) A informação tempestiva útil deve ser fornecida em tempo hábil para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.

3.19. Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. Ter informação disponível mais rapidamente pode aprimorar a sua utilidade como insumo para processos de avaliação da prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e a sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios. A ausência de tempestividade pode tornar a informação menos útil.

(V) Uma informação verificável, não deve apresentar, exclusivamente, um ponto único estimado, também pode ser apresentada por um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.

3.27. Para ser verificável, a informação não precisa ser um ponto único estimado. Um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas também pode ser utilizado.

Gabarito: D

7. (IBFC/2017/Polícia Científica do Paraná/Perito Criminal)

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade e de acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a alternativa correta.

a) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.

b) As empresas estatais não dependentes são empresas controladas que recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

c) A informação sobre os fluxos de caixa do governo ou de outra entidade do setor público contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade.

d) A divulgação de informações não financeiras e de informações financeiras das atividades de prestação de serviços, desempenho e/ou os resultados durante o exercício, fornecem insumos para avaliações da periodicidade, da tempestividade e da eficácia das operações da entidade.



e) As características quantitativas das informações incluídas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

Comentários

A - Errada. A NBC TSP Estrutura Conceitual afirma o contrário:

14. No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é **voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.**

B - Errada. Essas são as estatais dependentes.

C - Certa. Reprodução literal da NBC TSP EC:

2.16. **A informação sobre os fluxos de caixa do governo ou de outra entidade do setor público contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade.** Ela indica como a entidade arrecadou e utilizou os recursos durante o período, inclusive os empréstimos tomados e pagos, bem como as suas aquisições e vendas, por exemplo, do seu ativo imobilizado. Identifica também os recursos recebidos a partir de, por exemplo, tributos e investimentos ou as transferências de recursos concedidas ou recebidas em transações com outros governos, órgãos governamentais ou organismos internacionais. A informação sobre os fluxos de caixa também pode subsidiar as avaliações sobre a conformidade da entidade com o que foi definido pelos responsáveis pela gestão financeira e informar a avaliação dos montantes e fontes prováveis de recursos para dar suporte aos objetivos da prestação de serviços.

D - Errada. Item bastante literal da banca, baseado no seguinte trecho da NBC TSP Estrutura Conceitual:

2.24. A divulgação de informações não financeiras e de informações financeiras das atividades de prestação de serviços, desempenho e/ou os resultados durante o exercício, fornecem insumos para avaliações da **economicidade, da eficiência e da eficácia** das operações da entidade.

E - Errada. São características **qualitativas**, e não quantitativas.

Gabarito: C



8. (IBFC/2019/IDAM/Contador)

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) Estrutura Conceitual de 2.016 estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é obter lucros ao prestar serviços à sociedade.
- () Em transação sem contraprestação, a entidade recebe o valor da outra parte sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Tais transações são muito raras no setor público.
- () No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a suacapacidade de gerar fluxos de caixa.
- () Governos e outras entidades do setor público podem manter itens que contribuam para o legado cultural e histórico da nação ou da região, como, por exemplo, obras de arte, prédios históricos e outros artefatos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo

- a) V, V, V, V
- b) F, V, V, V
- c) F, F, V, V
- d) F, F, V, F

Comentários

(F) O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é obter lucros ao prestar serviços à sociedade. Pelo contrário:

2. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Consequentemente, o desempenho de tais entidades pode ser apenas parcialmente avaliado por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

(F) Em transação sem contraprestação, a entidade recebe o valor da outra parte sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Tais transações são muito raras no setor público. O conceito das transações sem contraprestação está correto. Contudo, o item erra ao afirmar que são raras no serviço público, tendo em vista que elas são a maior parte das receitas do serviço público, sendo, um exemplo, os impostos.



(V) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.

14. No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.

(V) Governos e outras entidades do setor público podem manter itens que contribuam para o legado cultural e histórico da nação ou da região, como, por exemplo, obras de arte, prédios históricos e outros artefatos.

15. **Governos e outras entidades do setor público podem manter itens que contribuam para o legado cultural e histórico da nação ou da região, como, por exemplo, obras de arte, prédios históricos e outros artefatos.** Os entes públicos também podem ser responsáveis por parques nacionais e outras áreas naturais relevantes com fauna e flora nativas. Esses itens geralmente não são mantidos para serem vendidos, mesmo que o mercado para eles exista. Além disso, os governos e as entidades do setor público, normalmente, têm a responsabilidade de preservá-los e mantê-los para as gerações atuais e futuras.

Gabarito: C

9. (IBFC/2019/IDAM/Contador)

Com relação ao Título IV – Exercício Financeiro da Lei nº 4.320/64, analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta.

- a) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- c) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.
- d) As despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, podem ser despesas encerradas e despesas não encerradas.

Comentários

Como a questão é baseada na Lei nº 4.320/64, vamos aproveitar para retomar a sua literalidade.



A – Certa.

Art. 34. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

B – Certa.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

C – Certa.

Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

D – Errada. As despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro são restos a pagar, podendo ser classificadas entre processados e não processados.

Gabarito: D

10.(IBFC/2018/Câmara Municipal de Araraquara)

Em relação ao exercício financeiro, abordado na Lei nº 4.320 de 1964. É incorreto afirmar:

a) Coincidirá com o ano civil

▪ b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele realizadas

c) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas

d) Pertentem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas

e) As despesas empenhadas e não pagas até 31/12, são consideradas restos a pagar

Comentários

O gabarito da questão é a letra B, pois, a Lei nº 4.320/64 determina que a receita deve ser reconhecida no momento da arrecadação, e não na ocorrência do fato gerador.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nêle arrecadadas;

Gabarito: B

11.(IBFC/2016/Câmara Municipal da Araraquara/Agente de Controle Interno)

Assinale a alternativa correta.

a) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração misto, ou seja, o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o regime de competência para realização das despesas.



- b) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração pelo regime de caixa tanto para a arrecadação das receitas quanto para a realização das despesas.
- c) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração pelo regime de competência tanto para a arrecadação das receitas quanto para a realização das despesas.
- d) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração misto, ou seja, o regime de competência para a arrecadação das receitas e o regime de caixa para a realização das despesas.

Comentários

A questão é baseada na determinação do artigo 35 da Lei nº 4.320/64.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I - as receitas nêle arrecadadas;
- II - as despesas nêle legalmente empenhadas.

Como as receitas são reconhecidas na arrecadação e as despesas no empenho, diz-se que o regime é misto, pois a receita é reconhecida pelo regime de caixa e a despesa pelo regime de competência, de forma que a alternativa A é o gabarito da questão.

Gabarito: A

12.(IBFC/2016/Câmara Municipal de Franca/Técnico em Contabilidade)

Assinale a alternativa correta.

- a) As receitas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de competência, enquanto as despesas públicas o são por regime de caixa.
- b) As receitas e despesas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de competência.
- c) As receitas e despesas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de caixa.
- d) As receitas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de caixa, enquanto as despesas públicas o são por regime de competência.

Comentários

A questão segue a mesma linha da anterior. As receitas são reconhecidas no momento da arrecadação, portanto, pelo regime de caixa. As despesas são reconhecidas no momento do empenho, portanto, pelo regime de competência. Com isso, o gabarito da questão é a letra D.

Gabarito: D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas

- 1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?**
- 2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?**
- 3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?**
- 4. O que abrange o RCPG?**



- 5. Quem são os usuários primários dos RCPG?**
- 6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?**
- 7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?**
- 9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?**
- 10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?**
- 11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?**
- 12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?**
- 13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?**
- 14. Quando uma informação é considerada material?**
- 15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?**
- 16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?**



17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

Perguntas com respostas

1. Dentre as empresas estatais, quais são obrigadas e quais aplicam facultativamente as normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público?

As empresas estatais dependentes são obrigadas a aplicar as normas da CASP. As empresas estatais independentes têm aplicação facultativa ou por determinação dos órgãos fiscalizadores ou controladores.

2. Qual o objeto da contabilidade aplicada ao setor público?

Patrimônio Público.

3. O RCPG tem o propósito de atender as necessidades específicas de qual grupo de usuários?

Nenhum. O RCPG não tem o propósito de atender a finalidade ou necessidades específicas de determinados grupos de usuários, mas sim de atender às necessidades dos usuários em geral.

4. O que abrange o RCPG?

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, e a apresentação das informações que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis.

5. Quem são os usuários primários dos RCPG?

Os usuários dos serviços e os provedores de recursos, bem como os seus representantes.



6. Se houver algum conflito entre a NBC TSP Estrutura Conceitual e alguma norma específica, qual deve prevalecer?

Deve prevalecer a norma específica.

7. Quais as seis características qualitativas apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Tempestividade, Comparabilidade e Verificabilidade.

8. Quais as três restrições inerentes à informação apresentadas pela NBC TSP Estrutura Conceitual?

Materialidade, custo-benefício e alcance do equilíbrio adequado entre as características qualitativas.

9. Quando uma informação contábil possui a característica qualitativa da relevância?

Quando tem a capacidade de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.

10. Qual a diferença entre comparabilidade e consistência?

A comparabilidade possibilita ao usuário identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos. A consistência se refere à utilização dos mesmos princípios ou políticas contábeis e da mesma base de elaboração. A comparabilidade é o objetivo, enquanto a consistência auxilia a atingi-la.

11. A respeito das características qualitativas da informação contábil, quando é alcançada a representação fidedigna?

Quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.

12. Qual a característica qualitativa segundo a qual a informação deve estar disponível a tempo de ser útil?

Tempestividade.

13. Qual característica qualitativa que ajuda a assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos de outra natureza que se propõe a representar?

Verificabilidade.

14. Quando uma informação é considerada material?

Quando a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nas demonstrações contábeis elaboradas para aquele exercício.



15. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as receitas?

Arrecadação.

16. De acordo com a Lei 4.320/64, em qual momento são reconhecidas as despesas?

Empenho.

17. A arrecadação e o empenho dizem respeito à execução orçamentária ou ao reconhecimento contábil patrimonial?

Dizem respeito à execução orçamentária.

18. Em que momento deve ser reconhecidas as variações patrimoniais aumentativas e as diminutivas?

No momento da ocorrência do fato gerador.

19. A execução da despesa orçamentária e da variação patrimonial diminutiva devem ser reconhecidas concomitantemente?

Não necessariamente. A execução orçamentária da despesa e contabilização patrimonial são independentes entre si. A orçamentária ocorre no momento do empenho. A patrimonial no momento da ocorrência do fato gerador da despesa.

20. As etapas da receita são previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. No caso de um imposto, como o IPVA, quando deve ser reconhecida a variação patrimonial aumentativa e quando deve ser reconhecida a receita orçamentária?

A variação patrimonial aumentativa deve ser reconhecida no momento do lançamento, que é quando ocorre o fato gerador do crédito tributário. A receita orçamentária, por sua vez, é reconhecida quando da arrecadação do imposto.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



1. (IBFC/2019/Prefeitura de Cruzeiro do Sul/Auditor de Controle Interno)

De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) – Estrutura Conceitual, de 23.09.2016, os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) apresentam informações financeiras e não financeiras sobre fenômenos econômicos para seus usuários. As informações contidas nos relatórios, apresentam algumas características qualitativas, bem como algumas restrições inerentes a essas informações. Especificamente sobre as restrições, assinale a alternativa correta.

- a) Verificabilidade, custo benefício e aplicabilidade das características qualitativas
- b) Materialidade, comparabilidade e tempestividade
- c) Materialidade, custo benefício e equilíbrio das características qualitativas
- d) Custo benefício, representação fidedigna e relevância

2. (IBFC/2019/IDAM/Contador)

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) estrutura conceitual de 2016 apresenta as características qualitativas da informação incluída nos RCPG (Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público). Com base na NBC TSP, assinale a alternativa correta que contenha apenas características qualitativas.

- a) Relevância, verificabilidade e materialidade
- b) Relevância, representação fidedigna e tempestividade
- c) Verificabilidade, custo benefício e tempestividade
- d) Comparabilidade, materialidade e compreensibilidade



3. (IBFC/2018/Câmara Municipal de Araraquara/Analista de Controle Interno)

Em relação as características qualitativas da informação contábil, abordadas na NBC TSP – Estrutura conceitual e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Relevância e Representação fidedigna
- b) Compreensibilidade e Tempestividade
- c) Competência e Comparabilidade
- d) Verificabilidade e compreensibilidade
- e) Comparabilidade e Relevância

4. (IBFC/2017/EBSERH-HUGG/Técnico em Contabilidade)

Com base na NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público, assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

“ _____ significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão”.

- a) Tempestividade
- b) Compreensibilidade
- c) Neutralidade
- d) Comparabilidade
- e) Verificabilidade

5. (IBFC/2017/TJ-PE/Contador)

Com base no MCASP – edição 2.017, e nas características qualitativas da informação contábil, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações financeiras e não financeiras são relevantes caso sejam capazes de influenciar significativamente no cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil.
- b) Para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.



- c) A compreensibilidade é a qualidade da informação que permite que os usuários compreendam o seu significado. As demonstrações contábeis devem apresentar a informação de maneira que corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.
- d) Tempestividade significa ter informação disponível para os usuários antes que ela perca a sua capacidade de ser útil para fins do objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil.
- e) A verificabilidade é a qualidade da informação que possibilita aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos.

6. (IBFC/2018/Prefeitura de Divinópolis/Contador)

Baseado na NBC TSP Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A relevância das informações financeiras ou não financeiras é determinada pela capacidade de influenciar de forma significativa o cumprimento dos objetivos de elaborar e divulgar a informação contábil.
- () A informação contábil útil não possui a obrigatoriedade de ser neutra e livre de erros materiais, mas deve corresponder, obrigatoriamente, a sua forma jurídica.
- () Informação compreensível é aquela que possibilita que os usuários, que tenham um conhecimento razoável tanto das atividades da entidade, quanto do ambiente que ela funciona, possam compreender o seu significado.
- () A informação tempestiva útil deve ser fornecida em tempo hábil para prestação de contas, responsabilização e tomada de decisão.
- () Uma informação verificável, não deve apresentar, exclusivamente, um ponto único estimado, também pode ser apresentada por um intervalo de possíveis valores e suas probabilidades relacionadas.

Assinale a alternativa que apresenta, de cima para baixo, a sequência correta.

- a) V, V, V, V e V
- b) V, F, V, F e V
- c) F, V, F, V e F
- d) V, F, V, V e V



7. (IBFC/2017/Polícia Científica do Paraná/Perito Criminal)

Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade e de acordo com a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, assinale a alternativa correta.

- a) No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.
- b) As empresas estatais não dependentes são empresas controladas que recebem do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, despesas de custeio em geral ou despesas de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- c) A informação sobre os fluxos de caixa do governo ou de outra entidade do setor público contribui para as avaliações do desempenho e da liquidez e da solvência da entidade.
- d) A divulgação de informações não financeiras e de informações financeiras das atividades de prestação de serviços, desempenho e/ou os resultados durante o exercício, fornecem insumos para avaliações da periodicidade, da tempestividade e da eficácia das operações da entidade.
- e) As características quantitativas das informações incluídas no Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público são a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.

8. (IBFC/2019/IDAM/Contador)

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) Estrutura Conceitual de 2.016 estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das demais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCs TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) destinados às entidades do setor público. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir atribuindo-lhes valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é obter lucros ao prestar serviços à sociedade.
- () Em transação sem contraprestação, a entidade recebe o valor da outra parte sem dar diretamente em troca valor aproximadamente igual. Tais transações são muito raras no setor público.
- () No setor público, a principal razão de se manterem ativos imobilizados e outros ativos é voltada para o potencial de serviços desses ativos e, não, para a sua capacidade de gerar fluxos de caixa.



() Governos e outras entidades do setor público podem manter itens que contribuam para o legado cultural e histórico da nação ou da região, como, por exemplo, obras de arte, prédios históricos e outros artefatos.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo

- a) V, V, V, V
- b) F, V, V, V
- c) F, F, V, V
- d) F, F, V, F

9. (IBFC/2019/IDAM/Contador)

Com relação ao Título IV – Exercício Financeiro da Lei nº 4.320/64, analise as alternativas a seguir e assinale a incorreta.

- a) O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.
- b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- c) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro.
- d) As despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, podem ser despesas encerradas e despesas não encerradas.

10.(IBFC/2018/Câmara Municipal de Araraquara)

Em relação ao exercício financeiro, abordado na Lei nº 4.320 de 1964. É incorreto afirmar:

- a) Coincidirá com o ano civil
- b) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele realizadas
- c) Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas
- d) Pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas
- e) As despesas empenhadas e não pagas até 31/12, são consideradas restos a pagar



11.(IBFC/2016/Câmara Municipal da Araraquara/Agente de Controle Interno)

Assinale a alternativa correta.

- a) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração misto, ou seja, o regime de caixa para a arrecadação das receitas e o regime de competência para realização das despesas.
- b) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração pelo regime de caixa tanto para a arrecadação das receitas quanto para a realização das despesas.
- c) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração pelo regime de competência tanto para a arrecadação das receitas quanto para a realização das despesas.
- d) No Brasil, a administração pública deve adotar o regime contábil de escrituração misto, ou seja, o regime de competência para a arrecadação das receitas e o regime de caixa para a realização das despesas.

12.(IBFC/2016/Câmara Municipal de Franca/Técnico em Contabilidade)

Assinale a alternativa correta.

- a) As receitas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de competência, enquanto as despesas públicas o são por regime de caixa.
- b) As receitas e despesas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de competência.
- c) As receitas e despesas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de caixa.
- d) As receitas públicas, por convenção contábil, são vislumbradas por regime de caixa, enquanto as despesas públicas o são por regime de competência.



GABARITO

GABARITO



1. C

2. B

3. C

4. A

5. E

6. D

7. C

8. C

9. D

10. B

11. A

12. D



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei 10.180/2001.

Lei 4.320/64.

NBC TSP Estrutura Conceitual.

Possati, G. *Contabilidade Pública*. Estratégia Concursos.

STN. (2021). *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 9ª edição*.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.